

Elio Gaspari, Folha de São Paulo, 4 de março de 2007.

UMA LINDA VISITA À ABOLIÇÃO BAIANA

Há um grande livro na praça. É “Encruzilhadas da liberdade” (Editora da Unicamp), de Walter Fraga Filho, professor da Universidade do Estado da Bahia. Conta a vida dos escravos e de seus senhores na região do Recôncavo antes e depois da Abolição. Fraga foi aos inventários, registros policiais, notícias da imprensa, correspondências de escravocratas e tradições orais. Misturou tudo com a alma de quem vivia a época e saiu com uma obra que coloca o leitor na cena dos interesses, sofrimentos e alegrias dos baianos de outrora. Sua descrição do 13 de maio em Salvador parece saída de uma página de Jorge Amado. A multidão sambando atrás das bandas, o trio elétrico da época. Nela, estava o “Macaco Beleza”, um conhecido da polícia: “Homem cor de bronze, de estatura hercúlea, disposto à luta corpórea, sem instrução, porém sempre pronto a impugnar com ousadia e inteligência as opiniões dos contrários.” Quando Salvador cantava a Abolição, “Macaco Beleza” foi visto calado, chorando.

Fraga descreve as insubordinações, furtos e fugas dos escravos durante o colapso do regime. Seu mergulho no assassinato de um frade carmelita e a surra dada num empregado do Barão de Cotegipe, ambos administradores de engenhos, resultou numa descrição cinematográfica.

O livro mostra o choque de dos dois mundos. Os senhores, que mantiveram os negros como escravos até a última hora, de olho num programa de indenizações da Viúva. Os escravos, que se recusavam a fazer serviços que julgavam abusivos. Assinada a lei da Abolição, o Recôncavo entrou em crise por falta de braços, excesso de seca e queda do preço do açúcar. Os senhores não entendiam o que sucedera. Um deles escreveu, em agosto de 1888, que o “trabalho assalariado” era uma utopia. Mais: “os libertos ingratos, em sua maioria, por se julgarem livres, já pensam que se devem declarar isentos do trabalho”.

A lavoura do Recôncavo desorganizou-se porque os senhores não sabiam o que era pagar pelo trabalho alheio. Depois, porque negavam aos libertos o direito de cultivar roças próprias, como faziam quando eram escravos.

Diante da controvérsia, no final do século 19, como sucede agora, no início do 21, surgiu uma proposta de revisão das leis penais. Os fazendeiros queriam um novo “Código Rural” capaz de enquadrar os negros. Deu em nada.